



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE SAO BENTO/PB**

Processo n.º 08004456920208150881

**MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A**, já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem à presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **JOAO DA CONCEICAO**, opor

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

Ante os fundamentos a seguir:

**DA SÍNTESE DOS FATOS E DA OMISSÃO**

Com a mais a respeitosa vênia, assim o fazendo, afigura-se a v. decisão omissa em pontos essenciais, justificando o cabimento dos presentes Embargos de Declaração, a fim de que essa V. Exa. decida-os e confira os efeitos integrativos ao respeitável decisor.

Frisa-se que na d. sentença exarada, verifica-se grave OMISSÃO, que devem ser supridas ou sanadas por meio dos presentes embargos, sendo certo que o recurso não objetiva rediscutir a matéria, mas afastar os vícios constatados no julgado.

Com todo o respeito a Embargante, vem, informar que houve omissão quanto a divergência na data do sinistro amplamente informada na manifestação ao laudo.

Observa-se que o boletim de ocorrência informa acidente em 03/07/2019 às 18 hs e que foi socorrido para o Hospital Maria Paulino Lucio em São Bento, no entanto a documentação médica desse hospital informa que a vítima somente deu entrada em 04/07/2019 às 8:29 da manhã.

Vale ressaltar que de acordo com *google mapas* a distância entre o sinistro e o hospital era de apenas 450 metros ou 2 minutos ANDANDO, vejamos:



Neste ponto, requer seja verificada a omissão informada, devendo-se esclarecer quando foi a data do sinistro (3/07/19 ou 4/07/2019?).

Considerando que a vítima demorou mais de 14 HORAS para dar entrada no hospital que ficava a 450 metros do sinistro.

### **CONCLUSÃO**

São essas as razões pelas quais a embargante confia, espera e requer sejam acolhidos e providos os presentes Embargos Declaratórios, enfrentado o ponto OMISSO, qual seja o a data do sinistro, conferido efeitos integrativos para o fim de prover integralmente, tudo por ser medida de direito e irretorquível JUSTIÇA!

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

SAO BENTO, 21 de fevereiro de 2022.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**

